

Dúvidas dos banqueiros

por Maria Christina Carvalho
de Viena
(Continuação da 1ª página)

George Soros, outro banqueiro de investimentos, presidente do Soros Fund Management, uma instituição que administra US\$ 2,5 bilhões, sugeriu que o Brasil poderá incentivar os bancos a apoiarem a conversão da dívida em títulos se o percentual englobado fosse elevado de metade dos débitos com os bancos comerciais para 60 a 65% do total devido. "Senão muitos bancos poderão preferir o esquema convencional de renegociação", disse.

As sugestões são bem-vindas pela equipe econômica do governo. Como Bracher admitiu, todos os contatos que vem fazendo na Europa, e posteriormente serão feitos nos Estados Unidos, têm o objetivo de levantar sugestões. O próprio Jacques de Larosière, que foi diretor-gerente do Fundo Monetário Internacional (FMI) e hoje está no Banco da França, segundo disse, apresentou sugestões técnicas a respeito do pagamento dos juros.

Bracher esteve com Larosière na quarta-feira; depois visitou Alfred Herrhausen, do Deutsche Bank; Guido Hanselman, da União de Bancos Suíços, e Alberto Togni, do Swiss Bank Corporation. Na própria sexta-feira, no final da tarde, encontrou-se com um representante do banco austríaco Creditanstalt-Bank-Verein, um dos patrocinadores do 40º Congresso Summit. Para a noite estava marcado um jantar com oito banqueiros.

Segundo Bracher, a reação dos banqueiros com os quais manteve contato tem sido muito positiva e cautelosa. Na verdade, segundo um dos participantes da comitiva de Bresser, o governo brasileiro conta com a possibilidade de que inicialmente muitos bancos não entenderam corretamente a proposta.

Na posição de Trichet ficou claro um certo descontentamento com o fato de o Brasil estar-se dirigindo inicialmente aos bancos privados, deixando para um segundo plano as negociações com o Clube de Paris — o que será retomado, conforme disse Bresser Pereira, após o acordo com os bancos.

Yves Fortin, assessor do Departamento de Finanças do Canadá, criticou também o fato de o Brasil ter

anunciado publicamente a proposta. "Antes de divulgá-la, deveria estar negociando em particular com os bancos", disse. Ele acrescentou que o País está apostando muito no plano e poderá ter problemas políticos internos caso enfrente oposição nos bancos.

Bresser Pereira parece ter conseguido pelo menos marcar um forte ponto positivo. Como disse o congressista democrata norte-americano, Charles Schuxer, membro do comitê de bancos, finanças e assuntos urbanos, mais importante do que o plano é a iniciativa tomada pelo Brasil de apresentar uma proposta de solução para a dívida externa. "Desde a crise da dívida externa, é a primeira vez que o ministro de um país endividado afirma que tem uma proposta e traz algo diferente."

O presidente da Nomura Securities, Masaki Kurokawa, por exemplo, disse que sua instituição estava disposta a participar do lançamento dos títulos brasileiros, mas não quis comentar quais características os papéis deveriam possuir.

Ele acredita que os papéis terão boa aceitação no Japão, mas ressaltou que a "confiança precisa ser restaurada".

Uma preocupação de Soros foi com a contrapartida interna do Brasil à proposta apresentada pelos bancos. Mais especificamente falou que o País precisa controlar o déficit público e reduzir a inflação. Bresser Pereira assegurou que o controle do déficit é um dos principais pontos do Plano de Controle Macroeconômico.

Outra questão que Bresser Pereira fez questão de esclarecer foi que a proposta é negociável e voluntária. "Não é unilateral. A proposta deve ser interessante para os bancos, que não mais precisarão dar dinheiro para refinarçar a parcela convertida em títulos."

Bresser Pereira também frisou que a proposta brasileira não é de confronto, mas sim objetiva fazer o Brasil retornar ao sistema financeiro internacional e assegurar o crescimento e a estabilidade no País, "importantes em um momento de transição do regime autoritário para a democracia". O que separa o Brasil do mercado financeiro não são os radicais brasileiros, mas a própria dívida, disse o ministro.

Dúvidas dos banqueiros

por Maria Christina Carvalho
de Viena

O novo plano do governo brasileiro de acerto da dívida externa provocou reações controvertidas na seleta platéia do 40º U.S. Congressional Summit, que atentamente ouviu a exposição do ministro da Fazenda, Luiz Carlos Bresser Pereira, na sexta-feira, em Viena.

Embora a exposição de Bresser Pereira tenha sido aplaudida em seu final, não se pode dizer que o plano foi totalmente bem aceito pelos diversos segmentos do mercado financeiro internacional presente ao encontro, que reuniu congressistas americanos, banqueiros e economistas do mundo todo.

Mesmo porque o plano não está ainda detalhado, como o reconheceu o próprio ministro. Bresser Pereira, dispensando o discurso em inglês que havia escrito,

apresentou as linhas gerais do plano de conversão em títulos de metade da dívida externa brasileira junto aos bancos comerciais de US\$ 32 bilhões.

Jean-Claude Trichet, presidente do Clube de Paris — que negocia a dívida contraída com aval de organismos oficiais —, afirmou não ter compreendido bem a proposta, preferindo fazer comentários quando tiver mais detalhes.

Apenas com os elementos que ouviu na sexta-feira, porém, afirmou que "ou isso não vai dar certo ou não entendi direito".

Ernest Stern, vice-presidente do Banco Mundial, acredita que, "se a proposta for bem estruturada, poderá ser posta em prática". Para ele, um ponto importante é o juro que será oferecido pelos títulos.

Conforme explicou Fernão Bracher, o assessor especial para a dívida externa, que também se juntou à

delegação do ministro em Viena, depois de contatos com banqueiros da Europa, os papéis terão um valor de face nominal e serão negociados com descontos correspondentes a juros mais atraentes do que os do mercado internacional. A idéia de Bresser Pereira é oferecer juros equivalentes a um desconto de 25% (no mercado internacional, os títulos da dívida externa brasileira têm sido negociados com deságios de 50%).

Mas os banqueiros têm muitas outras dúvidas. Pedro Pablo Kuczynski, diretor-gerente do First Boston Corporation e co-"chairman" do First Boston International, disse que um dos pontos que fragiliza a proposta brasileira é a freqüente mudança das equipes econômicas do governo brasileiro. Afirmou que a equipe atual parece forte e ter apoio político interno, mas lembrou que outras também pareceram fortes e foram substituídas.

Disse também que "o que for negociado com o Brasil terá de ser oferecido aos outros endividados. E isso é uma questão que os bancos vão pesar bastante". Bresser Pereira, porém, disse que o Brasil falava por si só e negou qualquer movimento dos países credores no sentido de convergir a negociação da dívida para a sua transformação em títulos.

Kuczynski acrescentou que a reação dos banqueiros dependerá ainda de como os títulos serão desenhados. Se for semelhante a um "bond" (bônus), explicou, os banqueiros terão

de lançar como crédito em liquidação ("write off") o valor equivalente ao desconto, o que significa que terão de reconhecer o desconto como prejuízo. Até agora, os bancos, em especial os americanos, fizeram provisões para cobrir as perdas com os débitos, e poucos efetivamente tiveram lançamentos na conta de créditos em liquidação, uma providência efetivamente drástica para seus balanços.

Uma sugestão do banqueiro é que os títulos tenham a configuração de "preferred shares", ações preferenciais, que têm um rendimento pequeno, mas garantem uma participação nos lucros. "Se a economia brasileira se recuperar, os investidores nos títulos também ganharão."

(Continua na página 15)